CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 103/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
FL 81
SERVIDOR
2020
MAT.

AUTOR: Paulo Camara

EMENTA: "Renova a utilidade pública da Associação Comercial da Bahia".

RELATOR: Leo Prates

PARECER

A proposição em comento tem o escopo de renovar a Utilidade Pública Municipal da Associação Comercial da Bahia. O proponente justifica a proposição em face da necessidade da Renovação da Utilidade Pública Municipal da referida entidade para continuidade das suas atividades estatutárias e apresenta no processo documentos comprobatórios da exigência contida em legislação especifica.

Compete a esta Comissão manifestar-se quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade das matérias que nos foram apresentadas para exame, nos termos do art. 61, inciso II do Regimento Interno aprovado pela Resolução 910/91.

Encontra-se apensado ao Projeto cópia dos documentos comprobatórios dos requisitos exigidos na Lei 5.391 de 1998, alterada pela Lei 6.246 de 2002, que são: personalidade jurídica, efetivo e contínuo funcionamento há mais de 12 (doze) meses, não ter fins lucrativos, prestação de contas do último exercício financeiro, e gratuidade das funções de seus dirigentes.

A proposição em exame encontra-se em conformidade com o texto da Constituição Federal (art.30, inciso I), atende aos requisitos determinados na Lei 5.391 de 1998, alterada pela Lei 6.246 de 2002, Lei Orgânica Municipal (artigos 44 e 46), Regimento Interno (artigos 13, inciso III e 161) desta Casa e à boa técnica legislativa (Lei Complementar 95/98).

Tendo em vista o decurso de tempo, não é tecnicamente correto se conceder Renovação de Utilidade Pública, mas sim verdadeiro deferimento de Utilidade Pública. Assim sendo, entendemos salutar a alteração da Proposição através de Emenda.

Portanto, o presente Projeto está apto a seguir regular tramitação na Casa Legislativa do Município de Salvador, razão pela qual opinamos **PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 103/2015, desde que aprovada a seguinte Emenda:**

EMENDA Nº 1.
Dê-se ao art. 1º da PLE nº 103/2015 a seguinte redação:

"Art. 1º Considera de Utilidade Pública Municipal a Associação Comercial da Bahia."

É o Parecer.

Sala das Comissões, 06 de maio de 2015.

Vereador Leo Prates
Relator

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final

Suíca

Alfredo Mangueira

Geraldo Júnior

Paulo Magalhães

Waldir Pires

Everaldo Augusto